

A comunicação da ciência como política de Estado: avaliação, acesso aberto e soberania

Science Communication as State Policy: evaluation, open access, and sovereignty

La comunicación de la ciencia como política de Estado: evaluación, acceso abierto y soberanía

Victor Henrique Justino FRANÇA¹

Resumo

A entrevista apresenta a trajetória e as reflexões de Denise Pires de Carvalho, primeira mulher reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e atual presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), instituição vinculada ao Ministério da Educação (MEC). O diálogo explora formação em ciência de bancada e destaca sua atuação na alta gestão pública, destacando o papel estratégico da comunicação institucional e da comunicação da ciência na mediação de conflitos universitários e na formulação de políticas de Estado. São abordados temas centrais para a governança da ciência no Brasil: os desafios estruturais de gênero e o silenciamento feminino em posições de poder; a reformulação do sistema de avaliação da pós-graduação brasileira, com ênfase na multidimensionalidade e no impacto social para além das métricas tradicionais; e os 25 anos do Portal de Periódicos, com foco nos novos acordos transformativos para impulsionar o Acesso Aberto. Por fim, discute-se a comunicação científica como ferramenta de soberania nacional e enfrentamento ao negacionismo, contextualizando o retorno da Reunião Anual da SBPC ao estado do Rio de Janeiro em 2026 como símbolo da retomada do desenvolvimento baseado na ciência.

Palavras-chave: Comunicação científica; Políticas públicas de C&T; Capes; Acesso Aberto; Gênero; Ciência.

Abstract

This interview presents the trajectory and reflections of Denise Pires de Carvalho, the first female rector of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) and current

¹ Doutorando em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do Grupo de Pesquisas Comunicação Institucional e suas Interfaces (GCII) e assessor de Comunicação da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação (MEC). Email: vfranca@id.uff.br. ORCID - <https://orcid.org/0000-0002-5174-9383>



president of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), an institution linked to the Ministry of Education (MEC). The dialogue explores her background in laboratory science and highlights her work in senior public administration, emphasizing the strategic role of institutional communication and science communication in mediating university conflicts and formulating state policies. Central themes for science governance in Brazil are addressed: the structural challenges of gender and the silencing of women in positions of power; the reformulation of the Brazilian postgraduate evaluation system, with an emphasis on multidimensionality and social impact beyond traditional metrics; and the 25th anniversary of the Portal de Periódicos (Journals Portal), focusing on new transformative agreements to promote Open Access. Finally, the text discusses scientific communication as a tool for national sovereignty and confronting denialism, contextualizing the return of the SBPC Annual Meeting to the state of Rio de Janeiro in 2026 as a symbol of the resumption of science-based development.

Keywords: Science Communication; Public Policies for Science, Technology & Innovation; Capes; Open Access; Gender and Science.

Resumen

Esta entrevista presenta la trayectoria y las reflexiones de Denise Pires de Carvalho, la primera rectora de la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ) y actual presidenta de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES), institución vinculada al Ministerio de Educación (MEC). El diálogo explora su formación en ciencias de laboratorio y destaca su labor en la alta administración pública, enfatizando el papel estratégico de la comunicación institucional y la comunicación científica en la mediación de conflictos universitarios y la formulación de políticas estatales. Se abordan temas centrales para la gobernanza de la ciencia en Brasil: los desafíos estructurales de género y el silenciamiento de las mujeres en puestos de poder; la reformulación del sistema brasileño de evaluación de posgrado, con énfasis en la multidimensionalidad y el impacto social más allá de las métricas tradicionales; y el 25.º aniversario del Portal de Periódicos, centrándose en los nuevos acuerdos transformadores para promover el Acceso Abierto. Finalmente, el texto analiza la comunicación científica como herramienta para la soberanía nacional y para enfrentar el negacionismo, contextualizando el regreso de la Reunión Anual de la SBPC al estado de Rio de Janeiro en 2026 como símbolo de la reanudación del desarrollo basado en la ciencia.

Palabras clave: Comunicación Científica; Políticas Públicas de CT&I; Capes; Acceso Abierto; Género y Ciencia.

Apresentação

A comunicação pública da ciência no Brasil vive um momento de tensionamentos, em que a gestão das instituições de fomento e de ensino superior não se restringe à administração de insumos, mas avança para o campo das disputas discursivas, da soberania nacional e da construção de legitimidade democrática, sobretudo em tempos em que o conhecimento produzido pelas universidades, muitas



vezes, não é (re)conhecido por amplos estratos da sociedade. Nesse debate, Oliveira (2024) nos lembra que a crescente “plataformização da ciência” pulula desigualdades de visibilidade e acesso, na medida em que métricas hegemônicas e infraestruturas de comunicação controladas por grandes conglomerados tonificam “assimetrias globais e informacionais” que afetam direta ou indiretamente a difusão e a circulação do conhecimento produzido no Sul Global.

É nesse diagnóstico que podemos tentar compreender por que trajetórias de pesquisadoras que alcançam posições estratégicas no Estado, como a da professora Denise Pires de Carvalho, tornam-se relevantes para se pensar a legitimidade pública da ciência. Sua atuação, que transita da chamada “ciência dura” dos laboratórios para espaços centrais de formulação política em Brasília, sem abandonar a pesquisa, exemplifica justamente os desafios de se produzir ciência, comunicar ciência e disputar sentidos sobre a ciência em um ambiente *institucionalmente* (não *estruturalmente*, como nos lembra Muniz Sodré) assimétrico.

Atual presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), instituição vinculada ao Ministério da Educação (MEC), Carvalho é livre-docente pela Universidade de São Paulo (USP) e professora titular do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Médica, mestre e doutora em Ciências Biológicas (Biofísica) pela UFRJ, com pós-doutorado na Università degli Studi di Napoli Federico II (Itália) e no Hôpital de Bicêtre (França), ela construiu uma carreira acadêmica diferenciada antes de assumir o desafio da alta gestão universitária.

Sua passagem pela Reitoria da UFRJ (2019-2023) foi um marco que precisa ser pontuado: tornou-se a primeira mulher a ocupar o cargo máximo da maior universidade federal do país em seu centenário. Também havia sido a primeira pessoa de sua família a ter diploma de curso de graduação. Sua gestão foi atravessada pela crise sanitária da pandemia de Covid-19, que ceifou mais de 700 mil vidas, muito em função de um trabalho em prol do ódio à vida e às estruturas próprias de vida, de país, de democracia. Também passou por um período de intenso contingenciamento orçamentário e ataques quase que diários à autonomia universitária. Foi naquele momento que o então mandatário do Ministério enunciou leviandades sobre suas próprias universidades federais, como espaços de “balbúrdia”. Com efeito, a professora Denise se notabilizou pela defesa intransigente da ciência e pelo uso



estratégico da comunicação como ferramenta de mediação de conflitos e transparência.

Em 2023, a convite do Ministério da Educação, assumiu a Secretaria de Educação Superior (Sesu), área responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e de implementação da política nacional de educação superior. Lá, atuou na reconstrução de políticas para as universidades federais, antes de ser nomeada para a presidência da Capes, em 2024.

Em sua atual função, lidera a reformulação do sistema de avaliação da pós-graduação brasileira e a expansão das políticas de acesso aberto. Fundou também o Censo da Pós-Graduação, cuja finalidade é subsidiar a tomada de decisão e a elaboração de políticas públicas, com ênfase especial a ações afirmativas, contribuindo para o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

A presente entrevista foi realizada em 20 de novembro de 2025, por meio de videoconferência. O contexto de sua realização joga luz à intensa agenda de internacionalização e o protagonismo da entrevistada na diplomacia científica brasileira. No momento da conversa, Carvalho cumpria missão oficial na França, participando de reuniões do Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub), parceiro mais antigo da Capes que, junto com a agência brasileira, financia projetos de pesquisa conjunta entre instituições de ensino e pesquisa do Brasil e do país francês.

Dias antes, a presidente da Capes estivera na China, representando o ministro Camilo Santana em encontros da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), e, anteriormente, participou de uma expedição científica na Amazônia, em atividade preparatória que culminou em sua presença nos debates da Conferência do Clima 2025 – COP30. É nesse trânsito global que se destaca a visão defendida por ela de que a ciência brasileira deve ser, simultaneamente, soberana e internacionalizada. É de ponta, tem ainda o que avançar e representará o futuro do país, “porque nenhum país do mundo avança sem ciência”, como afirma.

A motivação para o diálogo reside não apenas na posição estratégica que a entrevistada ocupa, mas na urgência de discutir como as políticas de avaliação da ciência, como o Qualis, e de fomento atuam como balizadores institucionais que moldam o fazer científico. Além disso, o anúncio da Universidade Federal



Fluminense (UFF), em Niterói, como sede da 78ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 2026, traz para o centro do debate o papel do estado do Rio de Janeiro no desenvolvimento nacional.

Vale destacar, ainda, a natureza da interlocução nesta entrevista. Atuei como assessor de imprensa da reitoria da UFRJ durante a gestão de Carvalho, vivenciando os desafios de comunicação institucional daquele período. A trajetória compartilhada permitiu um ambiente dialógico, partindo de memórias comuns da gestão universitária para analisar os desafios da política nacional que se espraiam para múltiplos assuntos que têm a ciência como vetor-central.

O roteiro da conversa foi estruturado para explorar, inicialmente, a atuação da gestora pública enquanto pesquisadora de bancada. Carvalho reflete sobre como a necessidade de diálogo se tornou tão vital quanto o rigor científico, especialmente ao lidar com o Congresso Nacional e a comunidade acadêmica.

Um ponto importante abordado na entrevista é a questão de gênero na alta gestão. Com franqueza, a presidente da Capes discute o silenciamento e o machismo estrutural que enfrentou e ainda enfrenta, cunhando a reflexão de que “quanto mais alto a mulher chega, mais sobe o machismo”. Ela analisa a solidão da liderança feminina e a necessidade de políticas que garantam a permanência das mulheres nos espaços de poder.

No âmbito das políticas da Capes, a entrevista detalha a reformulação do sistema de avaliação, que busca superar a métrica puramente quantitativa do Qualis, em favor de uma análise pluridimensional que valorize o impacto social da pesquisa. A professora também celebra os 25 anos do Portal de Periódicos, destacando os novos acordos transformativos como molas propulsoras para o acesso aberto e a visibilidade da produção científica nacional.

A comunicação da ciência é tratada, ao longo de todo o texto, como uma questão de soberania. Diante das disputas de narrativa e do negacionismo, a entrevistada defende a formação de cientistas capacitados para o diálogo com a sociedade, rompendo a “bolha acadêmica” e transformando pesquisadores em embaixadores do conhecimento. Bolha essa lembrada desde seu discurso de posse na reitoria da UFRJ:

Como romper com essas bolhas? Não podemos permanecer escravos de nós mesmos, de nossas ideias e ideais, ouvindo apenas a voz concordante e nunca a dissonante. A pluralidade de pensamentos e o sabor do contraditório são os pilares para o exercício da democracia, da liberdade.



Bolhas são rompidas por substâncias que funcionam como surfactantes, ou seja, compostos que reduzem a tensão superficial de uma solução, como os detergentes e emulsificantes. As universidades devem funcionar como emulsificantes, capazes de romper as bolhas e diminuir a tensão superficial que está agravando a tensão entre povos, entre seres humanos.

Afinal, não há verdades absolutas em nenhum ambiente em que prevaleça a inteligência (Carvalho, 2019).

Por fim, a entrevista se volta para o futuro e para o território que abriga esta revista. Carvalho analisa o simbolismo do retorno do maior evento científico do Brasil, a Reunião da SBPC, ao estado do Rio de Janeiro em 2026. Usando a metáfora de que “o Rio é uma biópsia do Brasil”, conectam-se os desafios locais de desenvolvimento e inclusão com as grandes diretrizes da política científica nacional.

A entrevista busca reflexão crítica sobre como a comunicação, a política e a ciência se entrelaçam na construção de um projeto de Estado. A fala de Denise Pires de Carvalho oferece aberturas de leitura fundamentais para pesquisadores, gestores públicos e todos aqueles interessados no futuro da universidade e da ciência no Brasil.

Convidamos os leitores da revista *Mídia e Cotidiano* a esta conversa, que transita da memória afetiva da gestão universitária à complexidade das políticas de Estado, reafirmando que a democracia é pilar central da comunicação pública, termo polissêmico, multifacetado, indicativo de qualidade das democracias (Weber; Locatelli, 2023), centrada no cidadão (Duarte, 2012), embora a propaganda narcísica estatal pareça ser o estado recorrente das coisas (Bucci, 2015), mas que possui potencial emancipatório (Haswani, 2013) e é a base mobilizadora da esfera pública democrática (Escudero, 2015) e que deve vincular-se ao interesse público, tanto na teoria quanto na práxis (Kunsch, 2011), buscando mais uma comunicação *com*, e menos *para*, sob menos dirigismos (França; Souza, 2025).

Sem esse lugar de partida, não vislumbramos um ponto de chegada compatível com um projeto republicano de Estado, alicerçado na transparência e na participação social. Em outras palavras, sem a centralidade da comunicação pública, compreendida aqui não como mera ferramenta instrumental de governo, mas como dimensão constitutiva da esfera pública democrática, torna-se inviável construir políticas científicas estáveis, capazes de articular produção de conhecimento, desenvolvimento nacional e justiça social.



A entrevista, portanto, não apenas joga luz a trajetórias individuais e experiências de gestão de Carvalho, mas inscreve-se em um circuito de esforço mais amplo de compreender os modos pelos quais a comunicação e a cultura institucionais e disputas de sentido moldam a formulação, a execução e a avaliação das políticas de ciência, tecnologia e educação superior no Brasil. Ao recuperar memórias, tensionar narrativas e projetar horizontes, Carvalho reafirma que a universidade, espaço historicamente marcado por uma (quase) autonomia plena, entre produção crítica e demandas estatais, permanece como instituição-chave para sustentar a democracia, qualificar o debate público e formular respostas aos desafios do país. A interlocução, cuja densidade analítica e sensibilidade política revelam não apenas os dilemas de uma gestora em tempos de incerteza, mas, sobretudo, as possibilidades de um Estado que reconhece na ciência, na comunicação e na universidade pública pilares indissociáveis de um projeto civilizatório de um país que queremos.

V. FRANÇA: *Professora, gostaria de começar abordando a sua trajetória para situar os nossos leitores. A sua formação original e a sua carreira docente são na área da Biofísica, no Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ, um campo, portanto, da dita “ciência dura”. Como se deu o deslocamento de foco dos laboratórios para a gestão universitária e pública? E em que momento você percebeu que a habilidade de articulação política e de comunicação seriam tão vitais quanto o rigor científico na sua carreira?*

D. CARVALHO: Ótima pergunta, Víctor. Na verdade, não sei se cheguei a perceber isso em um momento específico. Eu sou egressa da Faculdade de Medicina e, durante a graduação, tive muita dificuldade em decidir se seguiria a carreira médica com atuação clínica ou se seria pesquisadora. Eu ia muito bem na área clínica. Ficava entre as primeiras colocadas nos concursos para médico, então nunca tive dificuldade técnica, assim como para ingressar na pós-graduação. Minha decisão, no último ano da faculdade, foi baseada na felicidade: decidi que seria mais feliz sendo professora e pesquisadora, o que só aconteceu no último ano da graduação.

Muita gente diz que não gostou da faculdade de medicina, mas eu adorei. Só não exerci a clínica. Por que não fiz Engenharia ou Matemática? Porque não conhecia ninguém que fosse engenheiro exercendo a profissão no Brasil; eram todos da área de serviços. Meu namorado, na época, era formado em Engenharia na UFRJ e



trabalhava como caixa de banco. Eu queria ter uma profissão em que pudesse exercer o que estudei.

O diretor da Faculdade de Medicina, na época, autorizou que meu internato fosse dividido entre o hospital e o mestrado. Por isso, considero que minha carreira foi rápida, de certa forma. No primeiro ano do doutorado, fiz concurso e ingressei como professora em dedicação exclusiva. Eu sabia que poderia ser médica ou pesquisadora, mas optei pela área básica, na Biofísica.

Desde o início, as pessoas me identificavam como a professora que ia representar. Fui representante de professor assistente, de adjunto... representante! É curioso, porque, na escola, eu também era representante de turma. Era algo que eu nunca procurei para mim, mas me pediam. Eu era a interlocução entre a turma e os professores; toda vez que a turma fazia uma besteira, eu que ia lá responder. Então, tem alguma coisa em mim, que não é forçada, que faz com que as pessoas confiem e me coloquem nesses cargos de representação. E foi assim sempre. Nunca houve uma disputa intensa por esses cargos. A única disputa que enfrentei foi o concurso para docente, que foi bem concorrido.

Minha trajetória administrativa caminhou junto com a científica o tempo todo. Em 1998, fui convidada a coordenar a graduação do Instituto de Biofísica, o que já era um desafio imenso, pois a Biofísica atende a quase todos os cursos da saúde: medicina, odontologia, enfermagem, nutrição, psicologia, até no campus Praia Vermelha, somando cerca de dois mil estudantes por semestre. Muita gente acha que a Biofísica não dá aula na graduação, mas damos muita. Fiquei seis meses e me chamaram para a Pró-Reitoria de Graduação. Fui como assessora, trabalhando 20 horas, e ali organizei muita coisa. A UFRJ, por ser uma instituição muito antiga e tradicional, às vezes acha que, pelo nome, consegue tudo, mas o Brasil não é mais um país de duas universidades. Havia processos básicos, como o preenchimento do censo, que precisavam ser organizados.

Chegamos ao ano 2000 e fui convidada para assumir todo o vestibular da UFRJ. Foi a primeira vez que neguei algo. Eu disse “não”, porque assumir o vestibular acabaria com a minha carreira acadêmica e científica; eu não sei fazer nada pela metade. Depois, em 2001, fui convidada para coordenar uma pós-graduação



nova na Biofísica, que hoje é nota 7, mas, na época, era nota 5. Coordenei por cinco anos. Entrava diretor, saía diretor, e eu continuava.

Em 2005, saí para um pós-doutorado na Itália para me atualizar em Biologia Molecular de ponta, pois meus alunos já estavam quase me orientando. Achei que me liberaria da administração. Mas, em dezembro de 2006, quando eu estava na Itália mergulhada num projeto difícil, o professor Olaf Malm, que tinha sido escolhido diretor, me ligou pedindo para eu assumir a vice-direção. Eu disse: “Não acredito, gente, nem na Itália as pessoas esquecem de mim”. Mas não podia dizer “não” para ele. Minha carreira acadêmica foi acompanhada da administrativa.

Na Biofísica, há duas tradições: o diretor não faz segundo mandato, porque somos cientistas, não nos perpetuamos em cargos, e o vice geralmente não sucede o diretor imediatamente. Comigo foi diferente: assumi a direção logo após a vice-direção, tornando-me a primeira mulher a dirigir o Instituto, e a sentar na cadeira de Carlos Chagas Filho. Instituto que tem a pós-graduação mais antiga da UFRJ e completa 80 anos em 2025. Em 2011, entrei na política universitária coordenando a campanha da oposição. Aí me inseri em política universitária de reitorado, de verdade. Reuni os titulares da Biofísica e disse que abriria mão da direção para fazer campanha, mas eles não deixaram: “Você vai fazer campanha, mas vai continuar nossa diretora”.

Em 2015, o professor Godofredo Neto, que liderava nosso grupo, disse: “Você é a minha candidata”. E assim nasceu a Denise candidata. Eu nunca tive o projeto pessoal de ser reitora. Um reitor não deve ter agenda própria, mas, sim, a agenda de um grupo e da instituição. Reitor com agenda própria é a pior coisa que pode acontecer. Fui levada por um grupo, e por isso nossa gestão teve tanto respaldo, ganhando no primeiro turno em 2019.

V. FRANÇA: *E como se deu a transição da Reitoria para a Secretaria de Educação Superior (Sesu) e, posteriormente, para a presidência da Capes?*

D. CARVALHO: Eu não pretendia me candidatar a um segundo mandato na reitoria da UFRJ; queria voltar para o laboratório. Enfrentamos a pandemia de Covid-19 e o governo Bolsonaro, um período terrível. Mas acho que o fato de ser cientista ajudou, pois tudo o que fizemos na universidade foi baseado em critérios técnico- científicos, não partidários; você estava do meu lado e sabe. Estávamos



fazendo aquilo para melhorar a vida do povo, que é para isso que servimos, como funcionários públicos.

Em janeiro de 2023, havia uma pressão enorme da comunidade universitária, inclusive da oposição, para que eu me candidatassem novamente. A comunidade dizia que eu não tive um mandato “normal” e que não era justo. Isso me convenceu a considerar.

Porém, recebi uma ligação do ministro Camilo Santana com o convite para a Sesu. Eu não o conhecia pessoalmente. Acredito que o convite veio pela minha atuação na UFRJ, como a primeira mulher reitora, que fez a universidade brilhar na pandemia. Durante minhas viagens pelo Brasil com o ministro, já como secretária, recebi elogios de pessoas que eu nem sabia que prestavam atenção no meu trabalho, como o ex-presidente do Brasil José Sarney, que me parabenizou pessoalmente. A UFRJ projeta seus gestores, para o bem e para o mal.

Aceitei, mas ir para o MEC foi uma mudança drástica. Na universidade, o reitor tem autonomia. No Ministério, somos parte de uma hierarquia de governo. Após um ano na Sesu, o ministro me chamou à noite no gabinete. Pensei: “Meu Deus, será que ele vai pedir para eu voltar?”. Ficar em Brasília é difícil, fico longe da família: meu marido tem 80 anos, minha mãe tem 86, tudo sob responsabilidade da minha filha. Mas missão dada é missão cumprida. Ele disse: “Tenho uma missão para você. Acabei de exonerar a presidente da Capes e acho que você é a melhor pessoa para assumir”. E assim fui para a Capes. Já estou lá há quase dois anos.

V. FRANÇA: *Ainda sobre trajetória, gostaria de resgatar uma memória da época na UFRJ: a fundação do Friperj, o Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Naquela ocasião, você dividia com a reitora do Colégio Pedro II, Ana Paula Giroux, a posição de únicas mulheres naquele grupo. Hoje, ao olharmos para o cenário, a reitora do Colégio Pedro II divide o posto com Gulnar Azevedo, reitora da Uerj, praticamente isoladas como lideranças femininas. Como você enxerga essa estagnação na ocupação desses espaços de poder máximo nas instituições públicas de ensino superior do Rio? Sendo a primeira mulher a reitorar a UFRJ e agora presidindo a Capes, você sente que as barreiras para a permanência e ampliação da presença feminina na alta gestão são mais rígidas do que parecem?*



D. CARVALHO: Com certeza. Quando assumi a Reitoria, eu era a 19^a mulher reitora entre 69 federais. Na era Bolsonaro, esse número caiu para 12, pois ele preteriu várias mulheres nas nomeações. Agora, melhorou um pouco, chegamos a cerca de 25, mas ainda não somos metade.

Sobre o Friperj, sou muito institucional. O Rio não tinha um fórum de reitores e eu sentia falta dessa articulação, especialmente durante a pandemia. Na prática, eu organizei o fórum. Criei o grupo de WhatsApp, liderávamos as notas conjuntas..., mas, no momento de oficializar a presidência do Fórum, eu não quis assumir. Eu era reitora da maior federal do Brasil e não queria parecer que estava centralizando poder ou buscando protagonismo para mim.

Você sabe que me chamaram para a transição do governo Lula na área de educação? Era o sonho de qualquer reitor. Eu disse: “Que honra, mas não vou. A não ser que a Andifes [Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior] me indique. Quem tem que ser convidado é o presidente da Andifes”. E quem foi? O presidente da Andifes. Eu sou muito institucional. Talvez já estivessem de olho em mim ali.

O que percebo no Friperj e em outros espaços é que, muitas vezes, nós, mulheres, somos silenciadas. A Gulnar Azevedo é reitora da Uerj, uma universidade super progressista. Ela vai fazer 75 anos, terá apenas um mandato. Por que ela não preside o fórum agora? Seria simbólico. Precisamos falar sobre esse silenciamento.

V. FRANÇA: *Você vê essas barreiras de forma mais intensa na alta gestão?*

D. CARVALHO: Sim. Hoje li um intelectual dizendo que a mulher branca avançou muito. Discordo. Podemos ter avançado em alguns pontos salariais, mas o machismo é intenso. E quanto mais alto a gente chega, mais sobe o machismo. Se você é mulher e ocupa um cargo de poder, prepare-se para ser destruída. Para você ter uma ideia, há homens que procuram o ministro Camilo Santana para tratar de assuntos da Capes sem me convidar, sem falar comigo antes. É um desrespeito à minha trajetória e à minha capacidade administrativa, já comprovada inclusive internacionalmente: fui escolhida para presidir o conselho científico de uma instituição francesa, por exemplo.

Por que fazem isso? Porque sou mulher. Se eu fosse uma mulher com um currículo “mais ou menos”, talvez entendesse. Mas eu tenho uma bagagem, fui



reitora. Na China, semana passada, fui tratada com um respeito imenso pela minha trajetória. Mas alguns brasileiros não respeitam. Se disserem que me procuraram e eu não atendi, tudo bem ir ao ministro. Mas ir direto? Machismo tem outro nome?

O ministro Camilo tem zero machismo, ele dá espaço e ouve. Diz que, por ele, só teria mulheres na equipe. Mas o entorno político ainda tenta nos silenciar e passar por cima. É um trabalho duro e precisamos que os homens também nos ajudem a combater isso.

V. FRANÇA: *Tivemos a oportunidade de trabalhar juntos na comunicação da UFRJ em períodos desafiadores, como a pandemia de Covid-19. Olhando em retrospecto, no seu entendimento, qual foi o principal choque de escala, do papel da comunicação institucional, ao transitar da reitoria da UFRJ para a presidência da Capes? O que a escala nacional exige que a universitária não mostrava?*

D. CARVALHO: A reitoria da UFRJ foi a maior escola política da minha vida. Somos preparados academicamente, mas não politicamente. Dentro da universidade, aprendi a lidar com interesses diversos. Teoricamente, não deveria haver conflito de classes na universidade, estamos todos ali pelo ensino de qualidade. Mas o ambiente universitário traz tensões “extramuros”, como as trabalhistas. Há sindicatos que tratam o reitor como se tivéssemos poder para resolver questões salariais ou de carga horária, como a discussão das 30 horas.

Aprendi a mediar conflitos tensos, como as ocupações do Conselho Universitário. Isso é uma herança da ditadura. Estudantes ocuparem o Conselho e não deixarem votar? Isso é antidemocrático. Daqui a pouco vão ocupar o Parlamento e não deixar votar. O reitor tem que ficar lá, às vezes sair escoltada, como aconteceu comigo em três conselhos. Eu fui membro do Conselho por quatro anos e via isso acontecer com o reitor Carlos Levi, mas só percebi a gravidade quando eu estava na cadeira, presidindo. A perspectiva muda completamente.

Em Brasília, é diferente. Ali, a democracia é exercida “na veia”. No Parlamento, tem tempo de fala, corta-se o microfone, respeita-se o rito. Aprendi como se faz democracia de verdade, o que muitas vezes não acontece nos conselhos universitários. Além disso, na Capes, fazemos parte de um governo eleito. Eu não tenho mandato; quem tem mandato é o presidente Lula. Eu trabalho para o projeto dele. A comunicação, no nível de governo, exige uma responsabilidade diferente. Eu



não represento apenas uma comunidade acadêmica, represento o Estado brasileiro. A hierarquia é mais sentida e necessária.

V. FRANÇA: *A UFRJ tem uma materialidade visível: os hospitais, os campi, as salas de aula. A Capes opera aparentemente numa esfera mais abstrata de regulação e fomento. Como se comunica para a sociedade o valor de estruturas “invisíveis”, mas fundamentais, como a Avaliação Quadrienal ou o Portal de Periódicos? Como tornar o fomento uma pauta cotidiana?*

D. CARVALHO: Temos trabalhado bastante as redes sociais e a transparência para a comunicação pública. O site da Capes, agora, apresenta um *Business Intelligence* (BI) com todos os dados do Sistema Nacional de Pós-Graduação logo na entrada. Tudo o que financiamos está ali. Mas o presidente da agência também precisa escrever. Publiquei recentemente um artigo sobre os 25 anos do Portal de Periódicos, rebatendo a narrativa de “crise” que foi criada no governo passado. A crise era um projeto.

Precisamos divulgar mais, porque o fomento é concreto, mas pouco palpável para o público. Muitas vezes, o próprio pesquisador esquece de citar que sua bolsa é da Capes. Ele lembra da Faperj, do CNPq, mas a bolsa do aluno quem paga é a Capes. A Capes paga 80% das bolsas de pós-graduação do país.

O Portal de Periódicos é a maior política de democratização da ciência que temos, empregado como exemplo no mundo. Recentemente, assinei os primeiros “acordos transformativos” com editoras internacionais. Isso significa que a Capes passa a pagar não apenas para ler, mas para publicar em acesso aberto. Com apenas um desses acordos, na área de química, triplicamos o número de artigos brasileiros publicados em um ano. Somos o 13º lugar em publicação. Isso prova que a ciência brasileira tem qualidade; o que faltava era investimento para publicação. Isso vai mudar os parâmetros da nossa avaliação, aumentando a citação e a visibilidade da ciência nacional.

V. FRANÇA: *O sistema Qualis é um poderoso instrumento de comunicação que sinaliza o que a Capes valoriza. Com as discussões recentes sobre sua reformulação, qual é a nova mensagem que a gestão busca transmitir? Como garantir que essa mensagem incentive a pluralidade necessária, especialmente nas Humanidades?*



D. CARVALHO: O próximo quadriênio virá muito diferente. O Qualis Periódicos será enfraquecido como métrica isolada. A nova avaliação será baseada em três dimensões, focando muito mais na qualidade da produção em si e no seu impacto. Talvez façamos um ano de transição, começando o novo ciclo em 2026.

A mensagem é: queremos aproximar a academia da sociedade. Vamos avaliar casos de impacto, a ligação dos programas com a sociedade e atividades de extensão. Sabemos que um artigo excelente pode não estar em uma revista de topo, e um artigo em uma revista de topo pode não ser excelente: a *Nature* tem artigos nota A1 e artigos nota A10. Essa dimensão não era pescada pela avaliação. Nas Humanidades, por exemplo, temos pesquisas que definem políticas públicas e que são usadas em outros países. Isso é um caso de alto impacto, independentemente da revista onde foi publicado. As áreas terão liberdade para calibrar o uso do Qualis, mas a avaliação agora será multidimensional, valorizando o produto e seu reflexo social.

V. FRANÇA: *Na Capes, o pesquisador é público-alvo e vetor. Como a agência pensa sua estratégia para engajar essa comunidade e transformá-los em “embaixadores” da ciência brasileira, rompendo a bolha acadêmica em tempos de negacionismo?*

D. CARVALHO: Temos programas como o “Pró-Extensão PG” (Proext-PG), que aproxima a pós-graduação da ponta. Havia também um projeto encomendado pelo ministro Camilo, chamado “Cientista Líder”, que pretendia colocar cientistas à disposição para responder perguntas dos territórios, do município, do estado. Infelizmente, não pude lançar por falta de orçamento, mas o projeto está pronto.

Mas, para enfrentar o negacionismo e a desinformação, precisamos ir além: precisamos de mais formação em metodologia científica e história da ciência na base. É difícil combater a desinformação num país onde menos de 4% dos professores da educação básica têm mestrado. Só reverbera a ciência com qualidade quem entende o método científico. Quem conhece a história das vacinas e é contra a vacina, age de má-fé. Mas quem não teve essa formação pode ser enganado facilmente.

Nossos “embaixadores”, hoje, são uma parcela ínfima da população: cerca de 10% têm nível superior, e nem todos esses tiveram iniciação científica. Precisamos ampliar isso. A Capes e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) estão investindo em cursos de especialização nessa área. Sonho com disciplinas nacionais, em formato



híbrido, sobre a história do método científico, acessíveis a todos. O combate à desinformação passa, necessariamente, por termos mais mestres e doutores atuando na educação básica e na sociedade. Também não tenho dúvida que os programas de pós-graduação precisam ampliar o número de vagas.

V. FRANÇA: *Para encerrarmos olhando para o futuro: a UFF sediará a 78ª Reunião Anual da SBPC em 2026, com o tema “Ciência para todos: soberania, desenvolvimento e inclusão”. Como ex-reitora de uma federal do Rio e atual presidente da Capes, qual o simbolismo desse retorno do maior evento científico do país ao estado do Rio? E como esse tema da inclusão deve pautar a comunicação da ciência brasileira?*

D. CARVALHO: Primeiro, parabéns à UFF e ao reitor Antonio Claudio. É uma vitória trazer a SBPC de volta para o Rio. O Rio de Janeiro é um estado com PIB em queda, problemas econômicos graves e muito negacionismo, apesar de ter petróleo. A história mostra que a extração de recursos, seja ouro, diamante ou petróleo, sem desenvolvimento científico e tecnológico associado, deixa apenas um rastro de pobreza e falta de infraestrutura. Foi o que aconteceu em Carajás, por exemplo.

Nenhum país se desenvolveu sem ciência e tecnologia. O Rio precisa, definitivamente, basear seu desenvolvimento na ciência. O estado já foi um farol de cultura e ciência para o país, mas se perdeu por governos que não atuaram pelo bem coletivo, focando apenas na manutenção de poder ou em privatizações que nem sempre melhoram o serviço. Eu costumo dizer que o Rio é uma biópsia do Brasil, e as universidades do Rio são a biópsia do estado.

Discutir ciência, soberania e inclusão no Rio de Janeiro em 2026 é simbólico e urgente. É a oportunidade de reencontrarmos o caminho do desenvolvimento, gerando empresas, emprego e renda para que não exportemos apenas petróleo bruto. A ciência não é verdade absoluta, e a “pós-verdade” se aproveita disso. Por isso, trazer esse debate para o centro do palco, num estado que precisa tanto se reindustrializar e se reinventar, é fundamental.



Referências

- BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso**: A comunicação pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- CARVALHO, Denise Pires de. Discurso de posse da reitora Denise Pires de Carvalho. **Conexão UFRJ**. 2019. Disponível em <https://conexao.ufrj.br/2019/07/discurso-de-posse-da-reitora-denise-pires-de-carvalho>. Acesso em 8 dez 2025.
- DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 3ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- ESCUADERO, Regina. **Comunicação pública – a voz do cidadão**: Construindo um novo paradigma profissional. 1ed. Curitiba: Appris, 2015.
- FRANÇA, Victor Henrique Justino; SOUZA, Flávia Clemente de. Política de Comunicação: Percepções conceituais e sua relevância para instituições públicas. In: HERINGER, Leandro Peters; SENA, Kárita Emanuelle Ribeiro; LINS, Letícia Alves; BUENO, Wilson da Costa (org.). **Comunicação Pública e Governamental**: Extensão, debates e práticas. Belo Horizonte: PUC Minas, 2025.
- HASWANI, Mariângela Furlan. **Comunicação pública**: Bases e abrangências. São Paulo: Saraiva, 2013.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. 1ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.
- MOREIRA, Thaiane Moreira de. Desafios para a Soberania Epistêmica no contexto de Plataformização da ciência: Por métricas soberanas entre assimetrias globais e assimetrias informacionais. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 01, e7045, jun2024. Disponível em <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/7045/6812> Acesso em 8 dez 2025.
- WEBER, Maria H.; LOCATELLI, Carlos. A Comunicação Pública e a qualidade da democracia. In: MENDONÇA, Ricardo F. (org.). **Crises da democracia e esfera pública**. Belo Horizonte: Incipit, 2023.



Esta é uma ENTREVISTA publicada em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.